



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 7, referem-se ao texto abaixo.

O tempo, como o dinheiro, é um recurso escasso. Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito. O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia. Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.

Ocorre que a aplicação do cálculo econômico às decisões sobre o uso do tempo é neutra em relação aos fins, mas exigente no tocante aos meios. Ela cobra uma atenção alerta e um exercício constante de avaliação racional do valor do tempo gasto. O problema é que isso tende a minar uma certa disposição à entrega e ao abandono, os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas. A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.

Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna: “O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico. O nosso ócio interno, todavia, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo. Estamos perdendo aquela vacuidade benéfica que traz a mente de volta à sua verdadeira liberdade. As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.”

O paradoxo é claro. Quanto mais calculamos o benefício de uma hora “gasta” desta ou daquela maneira, mais nos afastamos de tudo aquilo que gostaríamos que ela fosse: um momento de entrega, abandono e plenitude na correnteza da vida. Na amizade e no amor; no trabalho criativo e na busca do saber; no esporte e na fruição do belo – as horas mais felizes de nossas vidas são precisamente aquelas em que perdemos a noção da hora.

(Adaptado de Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã**. São Paulo, Cia. das Letras, 2005, p.206-209)

1. O posicionamento crítico adotado pelo autor em relação ao emprego do cálculo econômico sobre a utilização do tempo está em:
 - (A) *O uso racional do tempo seria aquele que maximiza a utilidade de cada hora do dia.*
 - (B) *Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera e escolhe exatamente aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.*
 - (C) *A atenção consciente à passagem das horas e a preocupação com o seu uso racional estimulam a adoção de uma atitude que nos impede de fazer o melhor uso do tempo.*
 - (D) *Isso poderia sugerir que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico visando o seu melhor proveito.*
 - (E) *O lazer aparente ainda permanece conosco e, de fato, está protegido e propagado por medidas legais e pelo progresso mecânico.*

2. O paradoxo a que o autor se refere está corretamente resumido em:
 - (A) O tempo despendido na busca de conhecimento é recompensado pelo saber.
 - (B) Os momentos de relaxamento pleno advêm do bom planejamento do uso do tempo.
 - (C) A criatividade confere maior qualidade ao tempo despendido com o trabalho.
 - (D) O controle do uso do tempo compromete o seu aproveitamento prazeroso.
 - (E) As horas de maior prazer são aquelas empregadas em atividades bem planejadas.



3. Leia atentamente as afirmações abaixo.

- I. O problema é que isso tende a minar... (2º parágrafo)
O pronome grifado se refere a *decisões sobre o uso do tempo*.
- II. ... os quais são essenciais nas atividades que envolvem de um modo mais pleno as faculdades humanas. (2º parágrafo)
O segmento grifado na frase acima se refere aos termos *a entrega e o abandono*.
- III. Os segmentos *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) e *fruição do belo* (4º parágrafo) estão corretamente traduzidos, respectivamente, por **esmorecimento revigorante** e **deleite venturoso**.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4. O nosso ócio interno, todavia, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo. [...] As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso. (3º parágrafo)

Uma redação alternativa para as frases acima, em que estas se articulam com correção e lógica, está em:

- (A) Contudo, algo muito diferente do lazer cronometrado: o nosso ócio interno, está desaparecendo, pois, as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (B) Entretanto, o nosso ócio interno, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo, na medida em que as demandas, a tensão e a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (C) Porém, algo muito diferente do lazer cronometrado, está desaparecendo: o nosso ócio interno; porquanto, as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (D) O nosso ócio interno, algo muito diferente do lazer cronometrado, contudo, está desaparecendo, embora as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.
- (E) No entanto, está desaparecendo algo muito diferente do lazer cronometrado: o nosso ócio interno, ainda que as demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.

5. ... aquela que maximiza a utilidade de cada hora do dia. (1º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento do verbo grifado acima está em:

- (A) ... *aquela que lhe proporciona a melhor relação entre custos e benefícios.*
- (B) ... *a adoção de uma atitude que nos impede de...*
- (C) *Valéry investigou a realidade dessa questão nas condições da vida moderna...*
- (D) *Diante de cada opção de utilização do tempo, a pessoa delibera...*
- (E) ... *que ele se presta, portanto, à aplicação do cálculo econômico...*

6. As demandas, a tensão, a pressa da existência moderna perturbam esse precioso repouso.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- (A) tem sido perturbado.
- (B) são perturbadas.
- (C) perturbam-no.
- (D) perturbam-se.
- (E) é perturbado.

7. Das decisões cotidianas relacionadas distrações e dietas escolhas profissionais e afetivas de longo prazo, o modo como usamos o tempo influencia todos os setores da vida e acarreta algum tipo de ônus ser pago futuramente.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- (A) a - às - à
- (B) à - as - à
- (C) à - às - a
- (D) à - as - a
- (E) a - às - a



Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Setembro de 2005

Woody Allen acabou de montar *Scoop* – O grande furo. Agora vai tentar elaborar seu próximo filme, mas não sabe onde ele será feito. Londres foi um prazer inesperado, e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá, mas o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.

– Vou esperar até ver *Scoop* para perguntar mais, mas você gostaria de fazer alguma observação?

– Tenho um papel no filme porque é uma comédia, automaticamente mais leve. Houve um tempo em que eu, mais jovem, estava ligado em comédia e pensava: Ah, isto é engraçado. Mas não sinto mais a mesma coisa. Foi divertido fazer *Match Point* e fiquei muito envolvido como espectador enquanto fazia o filme. Adorei o fato de não atuar nele, adorei o fato dele ser sério, e, quando foi lançado, me deu uma sensação boa, fiquei orgulhoso. Já por uma comédia, em especial uma comédia em que atuo, dificilmente eu me interessou.

(Adaptado de Eric Lax. **Conversas com Woody Allen**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, Cosac Naify, 2009, p.69)

8. ... e ele pretendia fazer o terceiro filme seguido lá...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) Houve um tempo em que eu...
- (B) ... o sucesso crítico e financeiro de *Match Point* deu origem a outras possibilidades.
- (C) ... mas você gostaria de fazer alguma observação?
- (D) ... estava ligado em comédia...
- (E) Mas não sinto mais a mesma coisa.

9. ... em especial uma comédia em que atuo...

O segmento grifado acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) A trilha sonora Philip Glass compôs para o filme *Sonho de Cassandra* é carregada de tensão.
- (B) O estúdio musical as trilhas sonoras de Woody Allen são gravadas já abrigou uma galeria de arte.
- (C) A crítica os cineastas deparam a cada filme costuma ser inócua para suas obras.
- (D) Um filme Woody Allen deve se orgulhar é *Match Point*.
- (E) Diane Keaton é uma atriz Woody Allen pôde contar diversas vezes.

10. O livre comentário sobre o filme *Match Point* que foi redigido com clareza, correção e lógica está em:

- (A) Com o grande sucesso de crítica e público alcançados quando foi exibido em Cannes, *Match Point*, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, à medida em que obteve considerável retorno financeiro, configura-se, assim, como um dos filmes mais sombrios feito por Woody Allen.
- (B) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, cujo grande sucesso de crítica e público foram alcançados quando exibido em Cannes, a despeito de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (C) Um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, *Match Point*, cujo o grande sucesso de crítica e público seriam alcançados em sua exibição em Cannes, difere de outros projetos realizados pelo cineasta, conquanto obteve considerável retorno financeiro.
- (D) *Match Point*, um dos filmes mais sombrios de Woody Allen, alcançou grande sucesso de crítica e público quando foi exibido em Cannes e, ao contrário de outros projetos realizados pelo cineasta, obteve considerável retorno financeiro.
- (E) A despeito de ser um dos filmes mais sombrios feitos por Woody Allen, quando foi exibido em Cannes *Match Point*, diferentemente de outros projetos realizados pelo cineasta, que obteve considerável retorno financeiro, alcança grande sucesso de crítica e público.



Noções de Informática

11. Sobre sistemas operacionais é INCORRETO afirmar:
- (A) O sistema operacional é uma camada de *hardware* que separa as aplicações do *software* que elas acessam e fornece serviços que permitem que cada aplicação seja executada com segurança e efetividade.
 - (B) Na maioria dos sistemas operacionais um usuário requisita ao computador que execute uma ação (por exemplo, imprimir um documento), e o sistema operacional gerencia o *software* e o *hardware* para produzir o resultado esperado.
 - (C) Um usuário interage com o sistema operacional via uma ou mais aplicações de usuário e, muitas vezes, por meio de uma aplicação especial denominada *shell* ou interpretador de comandos.
 - (D) Primordialmente, são gerenciadores de recursos – gerenciam *hardware* como processadores, memória, dispositivos de entrada/saída e dispositivos de comunicação.
 - (E) O *software* que contém os componentes centrais do sistema operacional chama-se núcleo (*kernel*).
-
12. No *BrOffice Writer*, para apagar de uma só vez a palavra à esquerda do cursor utiliza-se
- (A) <Shift> + <Seta para esquerda>.
 - (B) <BackSpace>.
 - (C) .
 - (D) <Ctrl> + .
 - (E) <Ctrl> + <BackSpace>.
-
13. Para salvar uma apresentação do *BrOffice Impress* com senha,
- (A) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar como. Na janela que se abre, dá-se o nome ao arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Opções Gerais e digita-se a senha. Para concluir, clica-se no botão Salvar.
 - (B) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl* + *Shift* + *S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
 - (C) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, a senha no campo Senha e clica-se no botão Salvar.
 - (D) pressiona-se a combinação de teclas *Ctrl* + *S* e na tela que se abre, digita-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a caixa de combinação Salvar com senha e clica-se no botão Salvar. Para concluir, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão OK.
 - (E) clica-se no menu Arquivo e em seguida na opção Salvar. Na janela que se abre, dá-se o nome do arquivo no campo Nome, seleciona-se a opção Ferramentas, em seguida Salvar com senha. Na janela que se abre, digita-se e redigita-se a senha e clica-se no botão Salvar.
-
14. Sobre o Filtro *SmartScreen* do *Internet Explorer 9*, analise:
- I. Enquanto você navega pela Web, ele analisa as páginas da Web e determina se elas têm alguma característica que possa ser considerada suspeita. Se encontrar páginas da Web suspeitas, o *SmartScreen* exibirá uma mensagem dando a você a oportunidade de enviar um comentário e sugerindo que você proceda com cautela.
 - II. Verifica os *sites* visitados e os compara com uma lista dinâmica de *sites* de *phishing* e *sites* de *softwares* mal-intencionados relatados. Se encontrar uma correspondência, o Filtro *SmartScreen* exibirá um aviso notificando-o que o site foi bloqueado para a sua segurança.
 - III. Verifica os arquivos baixados da Web e os compara com uma lista de *sites* de *softwares* mal-intencionados relatados e programas conhecidos como inseguros. Se encontrar uma correspondência, o Filtro *SmartScreen* o avisará que o *download* foi bloqueado para a sua segurança.
 - IV. É um recurso no *Internet Explorer* que ajuda a detectar *sites* de *phishing*. Pode ajudar também a protegê-lo contra o *download* ou a instalação de *malware* (software mal-intencionado).
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) IV, apenas.
-
15. São ações para manter o computador protegido, EXCETO:
- (A) Evitar o uso de versões de sistemas operacionais ultrapassadas, como *Windows 95* ou *98*.
 - (B) Excluir *spams* recebidos e não comprar nada anunciado através desses *spams*.
 - (C) Não utilizar *firewall*.
 - (D) Evitar utilizar perfil de administrador, preferindo sempre utilizar um perfil mais restrito.
 - (E) Não clicar em *links* não solicitados, pois *links* estranhos muitas vezes são vírus.

**Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**

16. Com relação a organização do Tribunal considere:

- I. Vagando o cargo de presidente e faltando mais de cento e oitenta dias para o término do biênio, proceder-se-á à eleição para complementação dos mandatos de presidente e vice-presidente.
- II. O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará elegerá seu presidente e vice-presidente dentre os dois desembargadores que o compõem, cabendo ao presidente o exercício cumulativo da Corregedoria Regional Eleitoral.
- III. O Supremo Tribunal Federal indicará primeiro e segundo substitutos para a categoria de desembargador.
- IV. Regula a antiguidade no Tribunal: a data da posse; a data da nomeação ou indicação; o anterior exercício como efetivo ou substituto; a idade.

De acordo com o Regimento, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

17. Ao presidente é facultado decidir monocraticamente as questões relativas a direitos e deveres dos servidores ou submetê-las à apreciação do Tribunal. Das decisões do presidente caberá

- (A) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, não caberá recurso para o Tribunal.
- (B) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (C) apenas recurso para o Tribunal no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (D) pedido de reconsideração e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (E) apenas recurso para o Tribunal no prazo de até dez dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.

18. Compete ao vice-presidente

- (A) mandar publicar, no prazo legal, os nomes dos candidatos registrados pelo Tribunal.
- (B) convocar sessões extraordinárias.
- (C) autorizar a distribuição e a redistribuição dos processos aos membros do Tribunal.
- (D) conhecer, em grau de recurso, de decisão administrativa do diretor geral da secretaria.
- (E) presidir a comissão apuradora das eleições.

19. O Tribunal reunir-se-á em sessões

- (A) ordinárias e administrativas, dezesseis vezes por mês.
- (B) ordinárias e administrativas, vinte vezes por mês.
- (C) ordinárias e administrativas, oito vezes por mês.
- (D) ordinárias, uma vez ao mês.
- (E) administrativas, cinco vezes ao mês.

20. Dentre os processos abaixo indicados, os que serão primeiramente julgados na sessão ordinária são os

- (A) que visam o cancelamento de Registro de Partido Político.
- (B) extrapauta.
- (C) que possam resultar em perda de mandato eletivo.
- (D) adiados, iniciando-se por aqueles com pedido de vista.
- (E) que possam resultar em inelegibilidade por prazo superior a dois anos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Roberval, brasileiro, ficou viúvo, pois sua esposa Amália, holandesa e que não tinha filhos, faleceu na Escócia durante um passeio turístico, cujo ascendente paterno, Arquimedes, reside na Espanha e sua ascendente materna, Hilda, reside na França. Amália era proprietária de três imóveis no Brasil e, segundo a Constituição Federal, a sucessão dos seus bens será regulada, no caso, pela lei
- (A) francesa em benefício de Roberval, pois prevalece o domicílio de Hilda.
- (B) holandesa em benefício de Roberval, mesmo lhe sendo mais favorável a lei brasileira.
- (C) escocesa em benefício de Roberval, pois prevalece o local do óbito.
- (D) espanhola em benefício de Roberval, pois prevalece o domicílio de Arquimedes.
- (E) brasileira em benefício de Roberval, sempre que não lhe seja mais favorável a lei pessoal de Amália.
22. José, ao estudar a Constituição Federal, aprendeu que legislar sobre orçamento, direito econômico e desporto, entre outros, compete
- (A) privativa e respectivamente à União, aos Estados e à União.
- (B) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) privativamente à União.
- (D) privativamente aos Estados.
- (E) exclusiva e respectivamente à União, à União e aos Estados.
23. Atos do Presidente da República que contrariem a probidade na administração e o descumprimento das decisões judiciais, dentre outros, são considerados
- (A) respectivamente crimes de responsabilidade e infrações penais comuns.
- (B) infrações penais comuns, apenas.
- (C) respectivamente infrações penais comuns e crimes de responsabilidade.
- (D) crimes de responsabilidade, apenas.
- (E) infrações penais comuns e crimes políticos.
24. Será objeto de deliberação em cada Casa do Congresso Nacional a proposta de Emenda à Constituição formulada por César, Presidente da República, tendente a abolir
- (A) a exigência de submeter de imediato ao Congresso Nacional a medida provisória que adotar no caso de relevância e urgência.
- (B) a forma federativa de Estado.
- (C) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (D) a separação dos Poderes.
- (E) os direitos e garantias individuais.

25. Considerando que Anastácio, Santiago, Eric, Roberto e Pompeu ocupam respectivamente os cargos de Senador, Advogado, Defensor Público, Juiz de Tribunal Regional Federal e Prefeito Municipal, é certo que Péricles na qualidade de auditor do Tribunal de Contas da União, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as do cargo de

- (A) Anastácio.
- (B) Santiago.
- (C) Eric.
- (D) Pompeu.
- (E) Roberto.

Direito Eleitoral

26. A representação por captação de sufrágio
- (A) só poderá ser feita pelo Ministério Público Eleitoral.
- (B) poderá ser ajuizada até a data da diplomação.
- (C) exige que tenha havido pedido explícito de votos.
- (D) poderá fundar-se em fato ocorrido antes do registro da candidatura.
- (E) não poderá ter por objeto vantagem pessoal destinada à obtenção de voto consistente em promessa de emprego público.
27. A convenção partidária do partido Alpha de um Estado da Federação se opôs, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto. Em tal situação, esse órgão
- (A) não poderá anular, nem pleitear junto à Justiça Eleitoral a anulação da deliberação e dos atos dela decorrentes, em razão da independência existente entre o órgão de direção nacional e os diretórios estaduais.
- (B) não terá legitimidade para anular a deliberação e os atos dela decorrentes, devendo formular requerimento nesse sentido à Justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias contados da data da realização da convenção.
- (C) poderá anular a deliberação e os atos dela decorrentes, comunicando à Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias após a data limite para o registro de candidatos.
- (D) não terá legitimidade para anular a deliberação e os atos dela decorrentes, devendo formular requerimento nesse sentido à Justiça Eleitoral, até a data limite para o registro de candidatos.
- (E) só poderá pleitear junto à Justiça Eleitoral a anulação da deliberação e dos atos dela decorrentes se, além das diretrizes estabelecidas pelo órgão de direção nacional, também tiver ocorrido ofensa a dispositivo de lei federal.



28. A respeito do acesso gratuito ao rádio e à televisão, é INCORRETO afirmar que a propaganda político-partidária não
- (A) sofrerá nenhuma interrupção no ano da eleição.
 - (B) contará com a participação de pessoa filiada a partido que não seja o responsável pelo programa.
 - (C) defenderá interesses pessoais.
 - (D) divulgará propaganda de candidatos a cargos eletivos.
 - (E) defenderá interesses de outros partidos.

29. A respeito do fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes na zona rural, considere:
- I. A Justiça Eleitoral, se necessário, requisitará veículos e embarcações particulares, de preferência os de aluguel.
 - II. Os veículos e embarcações à serviço da Justiça Eleitoral deverão exibir de modo bem visível, dístico em letras garrafais, com a frase: "A serviço da Justiça Eleitoral".
 - III. Quinze dias antes do pleito, a Justiça Eleitoral divulgará, pelo órgão competente, o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores.
 - IV. Os partidos políticos receberão cópia do quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores, mas não poderão oferecer reclamações, por tratar-se de atividade privativa da Justiça Eleitoral.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, II e III.
30. Denúncia fundamentada de fraude no alistamento de um determinado município acarretou a realização de correição, tendo ficado provada a fraude em proporção comprometedoras. Nesse caso, a revisão do eleitorado poderá ser ordenada pelo
- (A) Ministério Público Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
 - (B) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) Tribunal Superior Eleitoral, apenas.
 - (D) Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a decisão ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) Juiz Eleitoral, comunicando a decisão ao Ministério Público Eleitoral.

Direito Administrativo

31. Bento, servidor público estadual, está sendo investigado pelo Ministério Público do Estado do Ceará em razão de suspeita da prática de ato de improbidade administrativa. No curso do procedimento administrativo de investigação, celebram acordo, em que Bento assume colaborar com as investigações, delatando o esquema de corrupção ocorrido no âmbito da Administração Pública e, em troca, o Ministério Público compromete-se a não ajuizar ação civil por ato de improbidade administrativa contra Bento. Sobre o tema, é correto afirmar que
- (A) o acordo celebrado entre as partes somente será válido se homologado por Juiz de Direito.
 - (B) é vedada a realização de acordo no que concerne às ações de improbidade administrativa.
 - (C) embora inexistente previsão legal sobre o tema, é válido o acordo, por analogia a outras normas que regulamentam interesses coletivos, como na área ambiental.
 - (D) o acordo celebrado entre as partes, para a sua validade, depende da participação da Fazenda Pública Estadual, pois esta terá que concordar em não exigir ao erário eventual ressarcimento devido por Bento.
 - (E) é válido o acordo celebrado entre as partes, tendo em vista a existência de previsão legal autorizando tal ajuste na hipótese de o investigado colaborar com as investigações.
32. Nos termos da Lei nº 9.784/99, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole:
- (A) técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
 - (B) jurídica, econômica ou administrativa, apenas.
 - (C) social ou jurídica, apenas.
 - (D) territorial ou jurídica, apenas.
 - (E) administrativa, econômica ou jurídica, apenas.

33. A empresa "Z Construção e Engenharia Ltda." não cumpriu as cláusulas de determinado contrato administrativo celebrado com a União Federal, o que ensejou a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da União. A rescisão mencionada acarretará, dentre outras consequências, a ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade. Tal consequência, no entanto, deverá ser precedida de autorização expressa do
- (A) Presidente do Congresso Nacional.
 - (B) Juiz ou Tribunal competente.
 - (C) Ministro de Estado competente.
 - (D) Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) Presidente do Tribunal de Contas da União.



34. A Prefeitura de Fortaleza pretende contratar serviço de advocacia especializado, para o patrocínio de causa judicial, envolvendo tema extremamente complexo na área do Direito Administrativo. Nesse caso,
- (A) será inexigível a licitação se o serviço for de natureza singular e o escritório de notória especialização, não sendo requisito legal a inviabilidade de competição.
- (B) deverá ser realizado o respectivo procedimento licitatório, vez que o serviço em questão não está previsto na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) como hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (C) será inexigível a licitação se houver inviabilidade de competição, e se o serviço for de natureza singular, e o escritório de notória especialização.
- (D) será inexigível a licitação se houver inviabilidade de competição e o serviço for de natureza singular, não sendo requisito legal a notória especialização do escritório, por se enquadrar na discricionariedade administrativa.
- (E) deverá ser realizado o procedimento licitatório, pois, mesmo em hipóteses de inexigibilidade de licitação, é necessário procedimento prévio para a escolha do contratado, isto é, hipótese simplificada de licitação.
35. Os atos administrativos denominados "negociais"
- (A) embora unilaterais, encerram conteúdo tipicamente negocial, de interesse recíproco da Administração e do administrado.
- (B) encerram um mandamento geral da Administração Pública.
- (C) são sempre discricionários por serem de interesse único da Administração.
- (D) operam efeitos jurídicos entre as partes (Administração e administrado), passando, portanto, à categoria de contratos administrativos.
- (E) não produzem efeitos à Administração Pública que os expede, tendo em vista a supremacia do ente público.
- Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**
36. De acordo com a Lei nº 11.416/2006, para efeito da aplicação da Remoção prevista na Lei nº 8.112/90, conceitua-se como Quadro a estrutura
- (A) do Poder Judiciário como um todo, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal, com exceção da Justiça do Trabalho.
- (B) do Poder Judiciário como um todo, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal, com exceção da Justiça Militar.
- (C) do Poder Judiciário como um todo, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal, com exceção da Justiça Eleitoral.
- (D) de cada Justiça Especializada, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar.
- (E) do Poder Judiciário como um todo, mas divididos em instâncias, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal apenas dentro da instância original.
37. Segundo a Lei nº 11.416/2006, do total das funções comissionadas, cada órgão destinará, para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, no
- (A) mínimo 60% do total das funções comissionadas.
- (B) mínimo 80% do total das funções comissionadas.
- (C) máximo 70% do total das funções comissionadas.
- (D) máximo 50% do total das funções comissionadas.
- (E) mínimo 40% do total das funções comissionadas.
38. Dagmar, analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, na qualidade de funcionária pública efetiva, pretende a concessão de licença para tratar de assuntos particulares. Neste caso, considerando que Dagmar não está em estágio probatório, de acordo com a Lei nº 8.112/90, a referida licença
- (A) poderá ser concedida pelo prazo de até quarenta e cinco dias, com remuneração.
- (B) não poderá ser concedida pela inexistência de dispositivo legal concessivo na referida lei.
- (C) poderá ser concedida pelo prazo de até seis meses consecutivos, sem remuneração.
- (D) poderá ser concedida pelo prazo de até dois anos, consecutivos ou não, sem remuneração.
- (E) poderá ser concedida pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
39. De acordo com a Lei nº 11.416/2006, o Adicional de Qualificação – AQ relativo a título de Mestre e Doutor é, respectivamente, de
- (A) 7,5% e 10% incidindo sobre vencimento básico do servidor.
- (B) 12,5% e 15% sobre o salário do servidor.
- (C) 10% e 12,5% incidindo sobre vencimento básico do servidor.
- (D) 5% e 7,5% incidindo sobre os vencimentos do servidor.
- (E) 15% e 17,5% sobre o salário do servidor.
40. O servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido
- (A) perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (B) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, em qualquer hipótese.
- (C) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, inclusive na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (D) não perceberá, durante o afastamento, a Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- (E) perceberá, durante o afastamento, 50% da Gratificação de Atividade Judiciária – GJA, em qualquer hipótese.

**Administração Pública**

41. A criação do DASP em 1938, com a definição da política de recursos humanos, de compra de materiais e finanças e a centralização e reorganização da administração pública federal, marca de forma inequívoca a passagem da forma de administração pública patrimonialista para a estruturação da máquina administrativa do Brasil na forma
- (A) burocrática.
 - (B) gerencial.
 - (C) estratégica.
 - (D) da nova gestão pública.
 - (E) funcional.

42. Para alguns autores, a *estrutura organizacional refere-se ao padrão de autoridade e às relações de responsabilidade que existem em uma organização. Uma estrutura organizacional surge para resolver ou para estabelecer um padrão de coordenação das atividades de uma organização. A estratégia que uma organização persegue e a sua estrutura organizacional são formadas de maneira interdependente, cada uma influenciando e sendo influenciada pela outra.* Com relação ao elo estrutura e estratégia das organizações, Alfred Chandler e seus seguidores apontam como regra a ligação:

- (A) estratégia segue a estrutura.
- (B) estrutura segue a estratégia.
- (C) sem estratégia não há estrutura.
- (D) sem estrutura não há estratégia.
- (E) estratégia sem estrutura conduz ao sucesso.

43. Atribui-se a Edgar Schein o entendimento de que *cultura organizacional é o conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir, em relação a esses problemas.* Desse entendimento deduz-se como componentes da cultura organizacional

- (A) dificuldades em entender e processar mudanças ambientais.
- (B) tendência a subestimar outros grupos, principalmente concorrentes e clientes.
- (C) dificuldades em aceitar pontos de vista alheios e outras culturas.
- (D) resistência generalizada à necessidade de mudança interna.
- (E) preferência por artefatos, tecnologias, costumes, linguagens e valores próprios.

44. Fundamenta-se nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exigência de formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade, avaliação sistêmica e principalmente recompensa por desempenho, ou resultados. São características deste paradigma de gestão pública

- (A) patrimonialista.
- (B) matricial.
- (C) pós-burocrático.
- (D) burocrático.
- (E) Ad hoc.

45. Na flexibilização da gestão pública intentada nas últimas décadas percebeu-se nitidamente a passagem da lógica do planejamento para a lógica da estratégia, em que na primeira estabelece-se a racionalidade técnica ou plena, decidindo-se pelo melhor plano, enquanto na segunda são ponderadas as relações entre os atores envolvidos em cada política, de modo a formular-se cenários que permitam a flexibilidade necessária às eventuais alterações nos programas governamentais. Assim, a descentralização administrativa com grande delegação de autoridade, tendo por princípio estar mais próximo do consumidor do serviço público e ser mais fiscalizado pela população, gerar competição entre as organizações do setor público, com a extensão no fornecimento de serviços públicos entre o setor público, privado e voluntário, numa estrutura de pluralismo institucional, caracterizam na gestão pública o

- (A) gerencialismo puro.
- (B) paradigma do consumidor (*consumerism*).
- (C) empreendedorismo governamental.
- (D) *Public Service Orientation* – PSO.
- (E) *Balanced Scorecard*.

Administração Financeira e Orçamentária

46. Um sistema de planejamento, programação e orçamentação, introduzido sob a denominação de PPBS (*Planning Programming Budgeting System*), em que algumas das principais características são: integração, planejamento, orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo-produto; acompanhamento físico-financeiro e avaliação de resultados. Esta técnica orçamentária é conhecida como orçamento

- (A) clássico.
- (B) programa.
- (C) de desempenho.
- (D) variável.
- (E) contínuo.

47. O instrumento ou ferramenta de planejamento da ação governamental, no qual os aspectos administrativos e econômicos se sobrepõem aos políticos, introduzido no Brasil pela Lei nº 4.320/64 e Decreto Lei nº 200/67, consolidado pela Constituição Federal de 1988, adaptado a partir do ano 2000 para incluir o nível de detalhamento da ação e que atua como modulo integrador entre o plano e o orçamento refere-se

- (A) ao Quadro de detalhamento da despesa.
- (B) à Classificação econômica da despesa.
- (C) à Classificação da receita.
- (D) ao Programa.
- (E) à Classificação funcional da despesa.

48. Os procedimentos a serem realizados para elaboração, aprovação, execução e controle dos instrumentos orçamentários, cujas regras estão no artigo 35, parágrafo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, referem-se ao ciclo

- (A) orçamentário.
- (B) de gestão do PPA – Plano Plurianual.
- (C) da LOA – Lei do Orçamento Anual.
- (D) de gestão do orçamento.
- (E) PDCA – Planejamento, Direção, Controle e Ação.



49. O artigo 7º do Decreto Lei nº 200/67 cita que a *ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso*. A institucionalização tornou-se compulsória na Constituição Federal de 1988 no artigo 165, em que a integração entre o planejamento e o orçamento se dá por meio da Lei

- (A) do Plano Plurianual.
- (B) da Responsabilidade Fiscal.
- (C) do Orçamento Anual.
- (D) de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) da Ficha Limpa.

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu três limites para os gastos com pessoal. Aquele constante do artigo 59, parágrafo primeiro, inciso II, diz que o ente deve ser notificado quando o *montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite*. Este é conhecido como limite

- (A) legal.
- (B) prudencial.
- (C) objetivo.
- (D) inconstitucional.
- (E) de alerta.

Noções de Direito Civil

51. Lisbela possui um irmão chamado Gregório que é casado com Silmara. Lisbela, em razão de desavenças com Silmara, insiste em afirmar que não possui grau de parentesco com ela, mas resolveu estudar o assunto com sua vizinha Magda, advogada. Magda respondeu para Lisbela que, de acordo com o Código Civil brasileiro, Silmara é sua parente

- (A) por afinidade em linha colateral de primeiro grau.
- (B) por afinidade em linha colateral de terceiro grau.
- (C) por afinidade em linha colateral de segundo grau.
- (D) civil em linha colateral de terceiro grau.
- (E) natural em linha colateral de primeiro grau.

52. Misael, jornalista formado pela Universidade E, empregou o pseudônimo artístico de Valéria XXX, qual seja, "Z", na publicação 05 do Jornal "Notícias W", expondo-a ao desprezo público. Considerando que Misael não teve intenção difamatória, bem como que publicou apenas o pseudônimo de Valéria XXX, de acordo com o Código Civil brasileiro, Misael

- (A) cometeu conduta vedada pelo referido diploma legal, independente da sua intenção e da publicação apenas do pseudônimo.
- (B) não cometeu conduta vedada pelo referido diploma legal, tendo em vista que não teve intenção difamatória.
- (C) só cometeria ato contra os direitos da personalidade se tivesse publicado o verdadeiro nome (nome e prenome) e não o pseudônimo artístico.
- (D) só cometeria ato contra os direitos da personalidade se tivesse publicado o verdadeiro prenome, independentemente do nome e do pseudônimo artístico.
- (E) não cometeu conduta vedada pelo referido diploma legal porque estava no exercício regular de seu direito, praticando sua profissão.

53. A respeito da aquisição da propriedade imóvel, considere:

- I. Aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 m², por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- II. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
- III. O possuidor não pode, para o fim de contar o tempo exigido para aquisição da propriedade através da usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, havendo expressa vedação legal.
- IV. Aquele que exercer, por um ano ininterruptamente e sem oposição, posse direta, sobre imóvel urbano de até 250 m² cuja propriedade divida com ex-cônjuge que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II.

Noções de Direito Processual Civil

54. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até

- (A) o trânsito em julgado, oferecer oposição contra ambos.
- (B) ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.
- (C) o último dia do prazo de contestação, denunciar a lide.
- (D) o trânsito em julgado, denunciar a lide.
- (E) a realização da audiência de instrução, oferecer oposição contra ambos.



55. Considere as seguintes assertivas a respeito da prova documental:

- I. Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento relevante aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra, no prazo de 5 dias.
- II. O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.
- III. As cartas, bem como os registros domésticos, não provam contra quem os escreveu quando enunciam o recebimento de um crédito, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- IV. Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

Noções de Direito Penal

56. Mauricio, primário e de bons antecedentes, é condenado a cumprir pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial semi aberto, por crime de corrupção ativa (artigo 333, do Código Penal). Neste caso, o Magistrado

- (A) não poderá substituir a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, tendo em vista que o Código Penal veda expressamente a concessão desse benefício ao crime cometido pelo réu Mauricio, independentemente da quantidade da pena aplicada.
- (B) não poderá substituir a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, tendo em vista a quantidade da pena imposta (superior a três anos).
- (C) poderá substituir a pena privativa de liberdade aplicada por três penas restritivas de direito.
- (D) poderá substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos ou multa.
- (E) poderá substituir a pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direito.

57. Rodolfo, empresário, presidente de uma empresa de engenharia, atua em parceria com Felipe, Prefeito de um determinado Município brasileiro, e ambos conseguem desviar em proveito próprio a quantia de R\$ 300.000,00 da verba destinada à construção de uma escola do referido município. Rodolfo

- (A) responderá por crime de peculato.
- (B) não responderá por nenhum delito, pois não é funcionário público.
- (C) responderá por crime de corrupção ativa.
- (D) responderá por crime de emprego irregular de verbas públicas.
- (E) responderá por crime de concussão.

58. Sobre o crime, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- (A) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- (B) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta ou relativa do meio, é impossível consumar-se o crime.
- (C) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena e serão consideradas, neste caso, também, as condições ou qualidades da vítima.
- (E) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, ainda que não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

Noções de Direito Processual Penal

59. Mário comete um crime de homicídio a bordo de um navio brasileiro de grande porte em alto mar, que faz o trajeto direto entre Santos (São Paulo/Brasil) e Cape Town (África do Sul) e será processado e julgado pela justiça

- (A) da comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, de onde o navio partiu.
- (B) da Capital Federal do Brasil (Brasília), pois o crime ocorreu em alto mar.
- (C) da África do Sul, em Cape Town, primeiro porto que tocará a embarcação após o crime, pois este foi cometido em alto mar, em águas internacionais.
- (D) da comarca de Santos, último porto que tocou.
- (E) da África do Sul, na cidade de Bloemfontein, capital judiciária do país.

60. O valor da fiança, medida cautelar substitutiva da prisão, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, em grau máximo, for superior a quatro anos será fixado de

- (A) 10 a 200 salários mínimos e, se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, nos termos da lei, reduzida até o máximo de 1/2 (metade) ou aumentada em até 2000 vezes.
- (B) 1 a 100 salários mínimos e, se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, nos termos da lei, reduzida até o máximo de 1/2 (metade) ou aumentada em até 2000 vezes.
- (C) 10 a 200 salários mínimos e, se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, nos termos da lei, reduzida até o máximo de 2/3 ou aumentada em até 1000 vezes.
- (D) 1 a 100 salários mínimos e, se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, nos termos da lei, reduzida até o máximo de 2/3 ou aumentada em até 1000 vezes.
- (E) 1 a 100 salários mínimos e, se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser dispensada, nos termos da lei, reduzida até o máximo de 1/3 ou aumentada em até 500 vezes.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Instruções:**

Conforme Edital deste Concurso, item 5 do **Capítulo X. Da Prova Discursiva – Redação**, será atribuída nota ZERO, dentre outros itens, à redação que:

- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A redação deverá ter a extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas, considerando-se letra de tamanho regular.

Escolha UMA (**apenas uma**) das seguintes propostas para a sua redação e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

PROPOSTA 1

*Os protestos e manifestações realizados em diversos países pelo que ficou conhecido como **The Occupy movement** (Movimento de ocupação), trazendo como principal slogan “Nós somos os 99%”, têm se voltado contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais. O principal executivo de um dos maiores bancos do mundo, com sede na Grã-Bretanha, pode ilustrar à perfeição o 1% restante e os gritantes contrastes entre os ganhos dos dois grupos. Segundo o jornal **The Guardian**, o salário para essa função aumentou quase 5.000% em trinta anos, ao passo que a média salarial no país cresceu apenas três vezes no mesmo período.*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

As desigualdades econômicas e os movimentos sociais**PROPOSTA 2**

UE, ANSA, ALADI, CAO, MERCOSUL... Essas e outras siglas passaram, nas últimas décadas, a dividir espaço na mídia com os nomes dos países mais conhecidos que participam desses agrupamentos voltados à integração econômica e, eventualmente, social e política. Se o sucesso da União Europeia, o bloco de história mais antiga, foi provavelmente um dos fatores fundamentais para a disseminação dessa ideia, a atual crise do bloco europeu e da zona do Euro pode ter o efeito contrário. Para uns, a única solução é o retorno ao isolamento; outros asseguram que ela só virá com uma integração ainda maior e mais estreita. É desse debate que depende, entre outras coisas, o futuro de uma utopia: a abolição de todas as fronteiras.*

* UE – União Europeia; ANSA – Associação de Nações do Sudeste Asiático; ALADI – Associação Latino-Americana de Integração; CAO – Comunidade da África Oriental; MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A integração econômica e política entre os países

